

partes e capacidades

a) capacidade de ser parte: pode ser parte em um processo judicial quem tem a possibilidade de ser titular de direitos.

↳ a legislação processual por vezes concede capacidade de ser parte a entes despersonalizados. Como exemplo disso temos o espólio, que é representado pelo inventariante.

importante → não se fala em incapacidade de ser parte, caso haja incapacidade, o processo será extinto.

b) capacidade processual: é a capacidade de figurar no processo judicial por si mesmo, sem o auxílio de outra pessoa.

art. 71 CPC → os absolutamente incapazes devem ser representados, e os relativamente incapazes devem ser assistidos.

• Importante lembrar que, há algumas pessoas que, apesar de não serem incapazes à luz da legislação civil, têm restrições em sua capacidade processual. É a hipótese dos litigantes casados.

Em regra, não há exceções entre solteiros e casados, a exceção envolve as ações reais imobiliárias, salvo no caso do regime de separação total de bens.

c) capacidade postulatória: capacidade plena de representar as partes em juízo; a capacidade de falar, de postular perante os órgãos do Poder Judiciário.

↳ Em regra, o advogado é o titular da capacidade postulatória.

importante → há casos em que a lei concede capacidade postulatória à própria parte - mas isso não impede

___/___/___
a postulação por meio de advogado.

▷ Existindo vício de capacidade que possa ser sanado, inicialmente o juiz deverá determinar a correção da falha.

Em regra, o advogado somente irá atuar após receber os poderes do cliente, ou seja, após a procuração ser outorgada.

↳ é direito do advogado consultar qualquer processo, mesmo sem procuração.